

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Introduzidas no ordenamento jurídico pela Constituição Federal de 1988 e reforçadas em suas atribuições pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) vêm desempenhando relevante papel na normatização da atividade financeira do Estado, por vezes até preenchendo lacunas na legislação permanente acerca da matéria. Com base no conteúdo da LDO para 2004, Lei n.º 10.707/2003, julgue os itens a seguir.

- 76** De acordo com o projeto de lei orçamentária, na destinação dos recursos relativos a programas sociais definidos no Plano Plurianual, deve-se conferir prioridade às regiões Norte e Nordeste.
- 77** A elaboração do projeto da lei orçamentária de 2004, bem como a aprovação e a execução da respectiva lei devem ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.
- 78** O Tribunal de Contas da União, em seu parecer prévio acerca das contas do governo, deve classificar os resultados dos programas em satisfatórios ou insatisfatórios, considerando os objetivos e as metas e prioridades estabelecidos para o exercício, bem como os recursos orçamentários consignados nos orçamentos, com as alterações promovidas por créditos adicionais e decretos de limitação de empenho.
- 79** As dotações orçamentárias das autarquias e das fundações públicas destinadas ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, aprovadas na lei orçamentária anual e em créditos adicionais, incluídas as relativas a benefícios previdenciários de pequeno valor, devem ser integralmente descentralizadas aos tribunais que proferirem as decisões exequêndas, ressalvadas as hipóteses de causas processadas pela justiça comum estadual.
- 80** Os serviços de consultoria somente devem ser contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da administração federal. Se contratados, deve-se publicar, no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, em que constará, necessariamente, o quantitativo médio de consultores, custo total dos serviços, especificação dos serviços e prazo de conclusão.

A LRF regulamentou, entre outros, o dispositivo constitucional que estabelece limites para os gastos com pessoal no poder público, em todos os níveis da Federação. Para isso, estabeleceu conceitos mais precisos, limites numéricos para os poderes por esfera federativa e formas para ajuste aos limites estabelecidos, caso ultrapassados. Nesse contexto e com base no disposto na LRF, julgue os seguintes itens.

- 81** Entende-se como despesa total com pessoal o somatório das despesas com quaisquer espécies remuneratórias de ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de poder, bem como encargos sociais e contribuições recolhidos pelo ente às entidades de previdência.
- 82** A despesa total com pessoal deve ser apurada somando-se a realizada no mês em referência com a dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de caixa.
- 83** Na verificação do atendimento aos limites definidos na LRF, devem ser computadas as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados relativas a incentivos, à demissão voluntária ou as decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.
- 84** Nos estados em que houver tribunal de contas dos municípios, o percentual de participação do Poder Legislativo nas despesas de pessoal, referentemente às receitas correntes líquidas, deve ser acrescido de 1%, e o do Poder Executivo, reduzido em igual percentual.
- 85** É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo poder ou órgão.

A educação, por ser considerada bem semipúblico ou meritório, possui regras particulares de financiamento no Brasil, a exemplo daquela que dispõe acerca do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). A respeito desse fundo, julgue os itens subseqüentes.

- 86** Somente com autorização legislativa específica é permitida a utilização dos recursos do FUNDEF como garantia de operações de crédito internas e externas, contraídas pelos governos da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios.
- 87** A distribuição dos recursos, no âmbito de cada estado e do DF, deve dar-se entre o governo estadual e os governos municipais, na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino, considerando-se, para esse fim, as matrículas da 1.ª à 8.ª séries do ensino fundamental.

- 88** Os recursos do Fundo devidos aos estados, ao DF e aos municípios devem constar de programação específica nos respectivos orçamentos.
- 89** O acompanhamento e o controle social sobre a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo devem ser exercidos pelos tribunais de contas da União e dos estados, exclusivamente.
- 90** As estatísticas necessárias ao cálculo do valor anual mínimo por aluno, inclusive as estimativas de matrículas, devem ter como base o censo educacional realizado pelo IBGE.

A Instrução Normativa STN n.º 01, de 15 de janeiro de 1997, com as alterações posteriores à sua publicação, é a norma que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos. Com base no estatuído por essa norma, julgue os itens seguintes.

- 91** A descentralização da execução mediante convênio ou portaria somente se efetivará para antes que disponham de condições para consecução do seu objeto e tenham atribuições regimentais ou estatutárias relacionadas com o mesmo.
- 92** Deve integrar o plano de trabalho a especificação completa do bem a ser produzido ou adquirido e, no caso de obras, instalações ou serviços, o projeto básico, entendido como tal o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar, de modo preciso, a obra, instalação ou serviço objeto do convênio, sua viabilidade técnica, custo, fases ou etapas e prazos de execução, devendo conter os elementos discriminados na legislação que versa sobre licitações e contratos administrativos.
- 93** A contrapartida dos estados, do DF, dos municípios e das entidades de direito privado pode ser atendida somente por meio de recursos financeiros e deve ser estabelecida de modo compatível com a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada, tendo por limites os percentuais estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 94** Para valores até R\$ 100.000,00, o convênio com a União ou com entidade da administração pública federal pode ser verbal.
- 95** A liberação de recursos financeiros por força de convênio, nos casos em que o conveniente não integre os orçamentos fiscal e da seguridade social, constitui despesa do concedente, e o recebimento, receita do conveniente.
- 96** A transferência de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto do convênio deve obedecer ao plano de trabalho previamente aprovado, tendo por base o cronograma de desembolso, cuja elaboração terá como parâmetro para a definição das parcelas o detalhamento da execução física do objeto e a programação financeira do governo federal.

- 97** Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, salvo os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão ou entidade concedente, no prazo improrrogável de 180 dias do evento, sob pena da imediata instauração de inquérito policial contra o responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade concedente.
- 98** Os bens materiais e equipamentos adquiridos com recursos de convênios com estados, DF ou municípios serão devolvidos ao órgão ou entidade concedente, no prazo improrrogável de 180 dias do evento, sob pena da imediata instauração de inquérito policial contra o responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade concedente.
- 99** Aprovada a prestação de contas final, o ordenador de despesa da unidade concedente deve efetuar o devido registro da aprovação da prestação de contas no cadastro de convênios do SIAFI fazer constar, do processo, declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.
- 100** Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo convencionado, o concedente assinará o prazo máximo de trinta dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, devendo comunicar o fato ao órgão de controle interno de sua jurisdição ou equivalente.
- 101** Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da prestação de contas parcial, o ordenador de despesas suspenderá imediatamente a liberação de recursos e notificará o conveniente, assegurando-lhe o prazo máximo de trinta dias para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

O projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004-2007 estabelece, dentro do Megaobjetivo III — promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia — o desafio de implementar uma nova gestão pública ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão. As diretrizes desse desafio incluem a

- 102** melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e a integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação.
- 103** ampliação e o fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na concertação com a sociedade.
- 104** garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União.
- 105** implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas.
- 106** conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum acerca da coisa pública.

Acerca das transformações ocorridas na estruturação da máquina administrativa no Brasil desde 1930, julgue os itens a seguir.

- 107** Com base no suposto gigantismo do Poder Executivo federal, o governo Castelo Branco iniciou uma grande transformação das estruturas administrativas, extinguindo e modificando o *status* de diversos órgãos públicos. A proposta do governo Castelo Branco emergiu em um cenário de forte crítica ao modelo de estado intervencionista e empresarial, tomando o modelo de administração até então vigente como um obstáculo à modernização do Estado e da economia.
- 108** A década de trinta caracterizou-se por uma significativa centralização no nível político e econômico, expressão de uma forma de Estado autoritário que conduziu o início do processo de modernização e industrialização do país. Nesse período, assistiu-se à superação do Estado voltado para a regulação da vida social e econômica por um Estado intervencionista, mais ativo na promoção do desenvolvimento econômico do país. Consolidou-se, assim, o Estado administrativo.
- 109** O foco das ações de reforma do período Collor concentrou-se no projeto de privatização das empresas estatais. Do ponto de vista da administração direta, embora se ressalte o papel de destaque dado ao processo de descentralização da gestão dos serviços públicos, notadamente no setor de saúde — o que possibilitou a continuidade de ações fundadas no princípio instituído já na Constituição de 1988 —, não havia uma orientação orgânica de reforma, a não ser a extinção de órgãos e o corte de pessoal. Em relação a inovação de procedimentos gerenciais, pode-se destacar a experiência pioneira do contrato de gestão implantado no Hospital de Reabilitação Sarah Kubitscheck, em Brasília.
- 110** Durante o governo de Getúlio Vargas, algumas ações de reforma destacam-se, tais como: elaboração de anteprojeto de reforma geral da administração pública federal, no qual se mencionava pela primeira vez o projeto de descentralização; criação da Comissão de Simplificação Burocrática (COSB), objetivando reformas globais; criação de meios para a descentralização dos serviços, bem como fixação de responsabilidades e prestação de contas à autoridade; criação da Comissão de Estudos e Projetos Administrativos (CEPA), visando mudanças nos processos administrativos e reformas ministeriais; criação do Conselho do Desenvolvimento como órgão centralizador da política econômica e do Conselho de Política Aduaneira e da SUDENE; criação da EBAP, vinculada à FGV, para a implantação do ensino sistematizado de administração pública no país.
- 111** Durante o governo de Juscelino Kubitscheck, o planejamento tornou-se um princípio dominante e, em decorrência, a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) adquiriu o *status* de agência central, passando a controlar o sistema de planejamento e o sistema de contabilidade e auditoria interna.
- 112** O DASP constituiu-se no órgão central de políticas pautadas pelos princípios da administração científica e do modelo weberiano de burocracia. Com base em uma orientação de incisiva separação entre atividades-fim e atividades-meio, difundiu-se o princípio da departamentalização, o formalismo técnico e o caráter prescritivo da ação governamental.

Os eixos gerais dos projetos de reforma administrativa atualmente em curso em nível internacional incluem

- 113** a concentração do governo central na realização de um processo eficiente de formulação, avaliação e retroalinhamento das políticas públicas, diretriz que demanda o aperfeiçoamento das funções de coordenação e o desenvolvimento de sistemas de informação intergovernamental.
- 114** a concentração da ação do Estado, acompanhada da institucionalização de mecanismos de controle da sociedade baseado na tecnologia da informação.
- 115** o desenho de um estado em pirâmide, buscando-se otimizar os recursos escassos mediante o seu gerenciamento via rígidas estruturas hierárquicas.
- 116** o desenvolvimento de capacidades para a administração intergovernamental, mediante o gerenciamento em redes pelo governo central e a conexão entre estados e municípios numa perspectiva mais orgânica.
- 117** os modelos organizacionais do tipo linha e assessoria.
- 118** um novo estilo gerencial público que demanda a formação de profissionais com aptidões para o relacionamento e a negociação com os diversos atores e instituições e com capacidade para identificar problemas estratégicos e delegar competências.
- 119** o desenvolvimento dos recursos humanos pela via da capacitação profissional permanente, do estímulo ao trabalho em equipe, da avaliação pelo rendimento e do estabelecimento de padrões competitivos de remuneração.
- 120** a focalização no cidadão, dando-se poder real aos clientes ou beneficiários dos serviços públicos.

Uma organização ou burocracia é um sistema social racional, ou um sistema social em que a divisão do trabalho é racionalmente realizada tendo em vista os fins a que se visa. O gênero próximo é o da organização como um tipo de sistema social, de conjunto de indivíduos que mantêm entre si relações sociais. Julgue os itens que se seguem, relativos às características das organizações burocráticas.

- 121** A autoridade, em uma burocracia, deriva de normas tradicionais.
- 122** As normas são escritas, porém pouco detalhadas, para dar margem de decisão aos gerentes.
- 123** Cada superior tem sob suas ordens determinado número de subordinados, os quais, por sua vez, têm sob si outros subordinados, e assim por diante.
- 124** A burocracia apresenta uma divisão horizontal do trabalho, em que as diferentes atividades são distribuídas de acordo com os objetivos a serem atingidos.
- 125** As organizações devem ser dirigidas por administradores politicamente indicados.
- 126** O administrador burocrático normalmente possui os meios de administração e produção.
- 127** O mandato do administrador não tem tempo definido de duração.
- 128** O administrador burocrático segue uma carreira, tendo direito, no final, à aposentadoria.

A gestão da qualidade, método gerencial que se fundamenta em uma visão sistêmica das organizações, parte do princípio de que todo processo produtivo pode ser concebido como um sistema e que a qualidade perpassa todos os componentes do sistema e do ambiente em que o processo produtivo está inserido. Com referência a esse assunto, julgue os itens a seguir.

- 129** A idéia fundamental da garantia da qualidade é “fazer certo da primeira vez”. Para isso, é preciso que os processos sejam estáveis e haja normas e procedimentos formalizados, possibilitando o cumprimento das características do produto ou serviço acertadas entre o fornecedor e o cliente.
- 130** Qualidade total pode ser entendida como o repensar fundamental e a reestruturação radical dos processos empresariais que visam alcançar drásticas melhorias em indicadores críticos e contemporâneos de desempenho, tais como custos, qualidade, atendimento e velocidade.
- 131** Os lucros são a razão da existência de uma empresa.
- 132** Uma empresa pode ser compreendida como um conjunto de departamentos, que devem ser capazes de funcionar, se necessário, de forma estanque.
- 133** Delegar é pôr a execução o mais perto possível de onde ocorre a ação, mantendo a centralização do poder de decisão.

O plano de ação pública geralmente desenvolve-se nas complexas redes de organizações públicas, quase-públicas e privadas. É aceito hoje em dia que essas redes determinam limites à capacidade de administração do governo. Acerca desse tema, julgue os itens subseqüentes.

- 134** Na ciência política, há interesse crescente na idéia de redes de comunicação como conceito para descrever e analisar a estrutura na qual a política pública se desenvolve e é executada. A conclusão lógica desse conceito é que, quando um participante do governo tenta administrar os processos da política, ele não necessariamente tem de levar em conta as características dessa rede.
- 135** Um projeto é uma série contínua e consecutiva de ações entre os diferentes participantes, conduzidas e guiadas de acordo com regras formais e informais que se originam nos assuntos ou decisões pelos quais os participantes têm interesse. O bom resultado do projeto depende do plano de ação. O efeito acumulativo de todos os projetos separados resulta no desenvolvimento de certos padrões. A rede forma, então, uma estrutura mais permanente para os projetos seguintes.
- 136** As redes de comunicação são caracterizadas pelos seus participantes e pelas relações entre eles. Uma condição importante para essas relações nascerem e não deixarem de existir é a independência. Assim, os participantes independem um do outro, pois são capazes de concluir projetos de maneira satisfatória sem a cooperação de outros participantes.
- 137** Uma rede é caracterizada também pelas regras predominantes. As regras, procedimentos generalizados usados nos projetos, são sempre claras e limitadas, o que significa que fica imediatamente claro para os participantes quais regras são aplicáveis e como as regras deveriam ser interpretadas. Além do mais, essas regras são estáveis.

No que se refere ao empreendedorismo no setor público, julgue os itens que se seguem.

- 138** Governo catalisador é aquele que rema em vez de pilotar, o que, em outras palavras, significa um governo que é forte porque não deixa a execução para outrem.
- 139** A participação da população no governo se dá mediante a transferência do poder decisório da burocracia para as comunidades. Nesse caso, os governos transferem o controle dos serviços públicos às comunidades, para depois transferir também a responsabilidade final de garantir que os serviços sejam prestados. Trata-se de remover os obstáculos existentes ao controle social, encorajar as comunidades organizadas a dirigirem os serviços que lhes são prestados, oferecer estímulos necessários e transferir os recursos requeridos para enfrentar os problemas no nível de cada comunidade.
- 140** O governo orientado por missões surge em associação às organizações públicas rigidamente dirigidas por normas e regulamentos. As organizações orientadas por missões são menos racionais, eficazes, criativas, embora possuam maior flexibilidade operativa e moral mais elevado.
- 141** No governo de resultados, privilegiam-se os resultados a atingir e não simplesmente os recursos. Isso significa dispor de um efetivo sistema de avaliação das ações do governo que considere não apenas a concretização física e financeira dos projetos, mas também o seu sucesso no cumprimento dos objetivos socialmente colimados.
- 142** A ênfase do governo no cliente, também denominada de clientelismo, consiste em aproximar os órgãos governamentais dos usuários de serviços públicos, de modo a identificar os seus anseios e incorporar as críticas, a fim de moldar a prestação de serviços conforme as suas reais necessidades. Isso é obtido por meio de nomeações de pessoas de confiança dos clientes para os postos de gerência e supervisão das organizações públicas.

A presente administração do governo federal brasileiro estabeleceu, entre seus objetivos, a construção de um Estado ágil, transparente, eficiente e eficaz voltado para as necessidades e expectativas do cidadão. Julgue os itens seguintes, acerca do que se pretende desenvolver para atingir esse objetivo.

- 143** Pretende-se aprimorar e racionalizar as estruturas organizacionais da administração pública federal, definir políticas e diretrizes para recursos humanos e fomentar, no governo federal e também nos estados e municípios, por meio de diversas linhas de atuação, ações de desburocratização e de melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

**144** O projeto Comunidade Brasil, voltado para a inclusão digital de comunidades com alto índice de exclusão social, contemplará a participação ativa de órgãos dos governos federal, estadual, municipal, iniciativa privada e terceiro setor. O foco será a implantação de telecentros que promovam a alfabetização digital e o acesso à Internet. A sua gestão deverá ficar sob a responsabilidade de organizações do terceiro setor integradas por representantes das comunidades atendidas.

**145** Na área de compras, serão priorizadas a consolidação e a expansão do ComprasNet, que compreende um conjunto de sistemas, serviços e informações de interesse da administração pública, dos fornecedores e da sociedade em geral utilizado na gestão das compras e contratações governamentais, permitindo aos órgãos fiscalizadores e à sociedade maior controle e acompanhamento dos gastos públicos.

**146** Na relação com o cidadão usuário, o governo deverá reforçar a ação do Programa Nacional de Desburocratização, para garantir o respeito e a credibilidade das pessoas e protegê-las dos excessos burocráticos, mediante a simplificação de procedimentos e a redução da interferência na vida do cidadão.

**147** A recomposição da força de trabalho terá início com a adoção de medidas voltadas para a terceirização em áreas erroneamente consideradas como de atividades típicas, de modo a garantir a eficiência do gasto público, impedir a ocorrência de desvios e promover a valorização do contribuinte.

**148** Serão realizadas ações de ordenamento urbano e regularização fundiária, mediante cessão de áreas urbanas e rurais para assentamentos de comunidades, compreendendo a destinação de imóveis a programas de reforma agrária, implementação de projetos de assistência social, programas sociais de habitação para populações de baixa renda e outros.

**149** O aumento da arrecadação de receitas patrimoniais para o exercício de 2003 contribuirá para a geração de novos recursos que poderão ser destinados à ampliação da ação do Estado na área social. Deverá também incrementar a meta estabelecida a alienação de bens públicos incorporados ao patrimônio da União, os oriundos da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) ou os não-necessários ao uso do serviço público.

**150** Visando emprestar total transparência aos gastos públicos e à execução de seus programas e projetos, o governo promoverá o acesso da sociedade, por meio da Internet, às informações do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Complementarmente, deverá ser elaborada, publicada e distribuída a Cartilha do Combate à Corrupção, para orientar a população acerca dos mecanismos institucionais postos à sua disposição para fiscalização dos atos do poder público.